

GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CONTEXTO DE CRISE EM MOÇAMBIQUE

Salim Cripton Valá

A JOGAR NUM CAMPO CONTURBADO, VOLÁTIL E DESNIVELADO

A ordem económica global criada depois da Segunda Guerra Mundial parece estar em perigo, e está a ser questionada não por «forças externas», mas por aqueles que sempre tinham beneficiado dela, como os EUA, presididos por Trump, e pelo Brexit. Para muita gente, no Reino Unido e nos EUA já não existe uma ordem liberal consistente e a funcionar devidamente. Enquanto as elites intelectuais e financeiras vêem um sistema internacional bem oleado de mercados e finanças, comércio e livre circulação de pessoas, os que estão na base da pirâmide apenas descobriram o resultado de forças cegas e Estados em competição num mundo cada vez mais caótico. A mensagem comunicada aos trabalhadores era de que as fábricas encerravam por causa da concorrência oriunda da China; que o País não tinha como competir com certos países emergentes; que os imigrantes tomavam os empregos dos nacionais e pressionavam os serviços públicos, e ainda podiam cometer actos terroristas (Mações, 2018). A agitação global é também, em grande parte, o resultado da ascensão de novas fontes de poder global na Ásia, cuja influência não poderá ser limitada nem controlada.

Vivemos actualmente um momento turbulento ao nível mundial, em que se assiste a movimentos simultâneos marcados por crises económicas, epidemiológicas e climáticas, pela revolução nas tecnologias de informação e comunicação, pelas alterações profundas nas cadeias de fornecimento global e nos hábitos de consumo, bem como tensões geoestratégicas e crispções nas relações entre os EUA, China e Rússia, e a tendência de deslocação do eixo político e económico do Ocidente para o Oriente.

O Mundo vive actualmente um contexto particularmente difícil, com o agravamento dos efeitos da crise económica e social, que foi exacerbada com o advento da COVID-19. Como um país ainda subdesenvolvido, com um Estado sem muitos recursos e com parte significativa da população a viver em situação de pobreza, Moçambique ressentiu-se muito com as medidas de restrição, confinamento e distanciamento social.

Tendo muita população economicamente activa a desenvolver actividades informais, as medidas para conter a propagação da pandemia significaram, de certa forma, fazer escolhas difíceis entre salvar vidas humanas ou afectar os meios de sobrevivência das famílias, tendo sido subalternizada a segunda componente. Os empresários, em particular os de pequena e média dimensão, fustigados pela crise e pressionados a pôr as empresas a trabalhar a meio gás, a adoptar sistemas de rotatividade laboral e optar por teletrabalho, reduziram a produção, a produtividade e as receitas, chegando ao ponto extremo de ter de dispensar trabalhadores ou mesmo fechar as empresas. Dados disponíveis atestam a recessão no ano 2020 (com o PIB a situar-se em -1,3 %, bem abaixo dos 2,2 % em 2019) e as estimativas indicam que até Agosto de 2020 cerca de 63 mil contractos de trabalho foram suspensos (Valá, 2020; Sengo *et al.*, 2020; Belchior, 2020).

A elevada dependência do apoio externo, a dificuldade de aceder aos financiamentos externos em condições favoráveis para o País, a redução do investimento directo estrangeiro, a conjugação da baixa procura internacional e a volatilidade dos preços das matérias-primas são factores que se reforçaram para engendrar múltiplas e profundas vulnerabilidades socioeconómicas, que afectaram mais pesadamente as PME's e a população de baixa renda (Valá, 2020).

Por mais paradoxal que possa parecer, não são apenas as classes trabalhadoras de Moçambique que estão deprimidas com a crise económica e o impacto negativo da COVID-19. Os cidadãos americanos também sentem que os políticos, meios de comunicação social, a elite empresarial, os banqueiros e os intelectuais da esfera pública lhes mentiram, a democracia americana é corrosiva e o jogo está viciado em benefício alheio (Bremmer, 2019).

Chang (2013, 2002), por exemplo, enfatiza que as nações ricas e as instituições económicas internacionais como o FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (considerada como «Profana Trindade») estão a atirar para longe as escadas que elas próprias usaram para subir nas etapas iniciais do seu desenvolvimento, comportando-se como «maus samaritanos». Esses países desenvolveram-se e tornaram-se potências económicas e depois pressionam para a liberalização do comércio, porque isso traz benefícios para os países industrializados e penaliza os produtores de matérias-primas, que não conseguem competir em pé de igualdade com países economicamente mais fortes¹.

Num livro publicado em 2017, Valá (2017) defendeu que as políticas e estratégias de desenvolvimento adoptadas no passado foram maioritariamente inspiradas nos parceiros externos, por eles suportadas e sem ter em conta a realidade heterogénea do País e a lógica, dinâmica e participação dos distintos actores económicos e sociais, como se estivesse a «escrever numa página em branco». Isso não permitiu o fortalecimento do

¹ Este argumento é corroborado por Zucula (2020).

empreendedorismo e do dinamismo empresarial, nem incrementou a produtividade e a competitividade económica. Tornou-se mais fácil e cómodo para o Estado tudo fazer para mobilizar apoio externo em vez de promover o sector privado para gerar riqueza, criar mais empregos e renda para as famílias, e alargar-se a base tributária, para assim prestar melhores serviços e financiar os programas de investimento e desenvolvimento de Moçambique. Anos sucessivos de políticas de ajuda externa e posterior inflação de expectativas assente na riqueza proveniente dos recursos naturais castraram a iniciativa criadora, plantaram uma sensação de conformismo e de fatalidade, e atrofiaram qualquer esforço consistente de incrementar a produtividade e competitividade económica, «tudo fazer para ter as contas públicas equilibradas» e «aprender a viver com base no que temos».

Este capítulo analisa a relação entre a globalização económica e os desafios de desenvolvimento humano em Moçambique, em contexto de crise, advogando que a não exploração das oportunidades da globalização coloca acrescidos obstáculos ao sucesso na implementação das estratégias de desenvolvimento económico e social nacionais. Entre as questões abordadas, destacam-se as seguintes: é adequado, num ambiente de crise, manter o foco na globalização económica?; que opções de caminhos para promover crescimento inclusivo e gerar mais empregos?; o desenvolvimento humano no País está comprometido devido à crise económica e ao advento da COVID-19? e; como gerar riqueza para assim reduzir a pobreza e promover desenvolvimento sustentável?

CONTEXTO DE CRISE DEVE OU NÃO DESVIAR O FOCO NA GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA?

No passado, há cerca de 40 anos, se quiséssemos comprar um livro ou uma peça de roupa, recorríamos ao comércio da vila, cidade ou localidade mais próximo do local de residência. Outrora, as economias estavam mais fechadas, os meios de transportes não eram tão velozes e as tecnologias não eram tão sofisticadas, embaratecendo o transporte e a distribuição. Actualmente, grandes empresas com a *Airbnb*, *Alibaba*, *Uber*, etc. não têm níveis muito elevados de activos tangíveis, como carros, casas, prédios, terrenos, maquinaria, equipamentos, entre outros, e quase toda a sua receita provém de activos intangíveis como *software*, marcas, dados, conhecimento e processos comerciais como resultado da transformação profunda da economia moldada pela globalização (Haskel & Westlake, 2018).

A globalização não é só uma mania ou uma moda geopolítica passageira, e já se tornou claro que os mais poderosos são os mais globais. Os mercados globais são a chave para o crescimento económico e, naturalmente, as tensões globais são o que faz aumentar a procura dos seus produtos. Mesmo as nações mais poderosas, como os EUA, China, Alemanha, Japão e outros países industrializados, para poderem crescer, tornaram-se muito dependentes dos

fluxos de investimento, dos empréstimos e do comércio internacional. Por outro lado, a maior parte das nações desenvolvidas está a envelhecer e a ter de enfrentar crises demográficas que só a imigração pode resolver. Se é bem verdade que as eleições são nacionais, não é menos verdade que os líderes políticos nacionais têm de pensar permanentemente em variáveis de índole internacional.

Wolf (2008), um dos grandes defensores da globalização e do comércio livre, defende que o mercado é a instituição mais poderosa jamais criada com o objectivo de elevar os níveis de vida da população, mas eles precisam de Estados, assim como estes precisam dos mercados, e que o problema de hoje não é existir demasiada globalização, mas de existir tão pouca. Mas reconhece que os críticos da globalização – entre eles destaca Joseph Stiglitz², Dani Rodrik³ e George Soros⁴ argumentam erroneamente que: (i) ela destrói a capacidade de os Estados regularem as suas economias; (ii) enfraquece a soberania e a democracia; (iii) as corporações transnacionais predatórias assumem parte dos poderes dos Estados, corroendo o seu papel e legitimidade; (iv) promove a desigualdade social crescente, dentro das nações e entre nações; (v) destrói os meios de subsistência dos agricultores, baixa os salários reais e aumenta a insegurança económica das famílias de baixa renda; (vi) priva os pobres do acesso aos medicamentos e destrói o ambiente; (vii) afecta negativamente os valores culturais e a expansão das PME's; e (viii) promove a ganância e permite que os mercados financeiros globais gerem crises que impõe custos pesados para as economias menos avançadas. Wolf advoga que o agravamento das desigualdades sociais, a limitação em criar empregos de qualidade e a persistência da pobreza são a consequência da insuficiência da globalização e da fragmentação política, e não da própria globalização.

Apesar de ser uma instituição basilar no sistema financeiro global, o FMI é encarado com muito cepticismo e considerado desesperadamente ineficaz. Em muitos quadrantes do Mundo, o Banco Mundial e o FMI são recebidos com hostilidade, porque os seus programas são vistos como insensíveis, draconianos e identificados com os interesses dos EUA, da Europa, de «Wall Street» e das grandes corporações multinacionais. Durante a crise dos mercados emergentes de 1997-1998, as duas instituições foram violentamente criticadas pelos manifestantes que percorriam as ruas, de São Paulo a Seul⁵ (Rothkopf, 2008).

A globalização apregoou que o comércio livre é bom para todos e que o crescimento económico rápido podia ocorrer em todo o lado, advogando que era necessário libertar o génio empreendedor em países pobres; justificou os enormes benefícios concedidos aos

² Laureado com o Prémio Nobel de Economia.

³ Académico e professor de Harvard.

⁴ Para mais detalhes, ver (Rodrik, 2011; Stiglitz, 2002; Soros, 1998).

⁵ Não é de admirar que hoje haja muitos defensores da desglobalização, do retomar do proteccionismo e isolacionismo, do regresso ao nacionalismo radical, da edificação de muros e linhas de fronteira electrificadas ou de betão. Para mais informações, ver Marshall (2019) e Temelkuran (2019).

ricos, a redução dos programas de ajuda social, vendeu a ideia de que o Estado é impotente e corrupto, de que os pobres são preguiçosos, pouco empreendedores, e por isso não dignos de crédito, e tudo isso preparou o caminho para o impasse actual da pobreza, da explosão da desigualdade, da fragmentação social que lhe está associada, e da catástrofe ambiental iminente. A cooperação mundial na luta contra doenças evitáveis não foi levada a sério, e hoje vislumbramos isso claramente com a vacina para a COVID-19, a obsessão pelo crescimento económico e a inflação em detrimento das questões sociais e ambientais, o que gerou muita insatisfação, ressentimentos e ódios, e as culpas recaíram para a globalização e o comércio livre (Banerjee & Duflo, 2020).

O século XXI fez emergir uma nova revolução na informação, com o incremento da *internet*, que intensificou o impacto dos computadores e fez chegar quantidades antigamente impensáveis de informação a qualquer pessoa que possua um telemóvel ou outro aparelho portátil. A revolução informática envolve factores culturais, económicos e comerciais, além dos avanços tecnológicos, e é um autêntico motor da globalização económica. A procura desses produtos é fruto tanto do crescimento da riqueza e da literacia, quanto da redução dos custos de produção e dos novos hábitos de consumo. Muitos dos novos-ricos, em países tão distintos e distantes entre si, como os EUA, China, Israel, Chile e Índia, operam em áreas económicas como as tecnologias de informação e comunicação, finanças, investimentos e na área da saúde. A COVID-19 veio incrementar o uso da tecnologia na vida social, na economia, na cultura e mesmo na política, influenciando significativamente os rumos da vida familiar, comunitária, nacional e internacional.

Os países com taxas mais altas de crescimento do PIB tendem a ter maior crescimento do comércio e estão mais bem integrados no processo de globalização, mostrando que quanto mais a economia cresce, mais beneficiados são os próprios pobres, ou seja, existe uma significativa correlação negativa entre globalização e pobreza, pois mais globalização gera menos pobreza. Todavia, isso não significa que a globalização e o livre comércio sejam as únicas causas para a redução da pobreza no Mundo ou para o crescimento económico, mas que esses dois factores têm um impacto muito positivo quer no rendimento das populações quer na produtividade da economia.

Em 2017, o Banco Mundial fez um estudo junto de 754 CEOs de multinacionais, perguntando-lhes pelos factores que mais consideram antes de investir em economias emergentes. A resposta foi que o custo da mão-de-obra foi o oitavo factor mais importante, atrás de factores como a estabilidade política, a segurança, a estabilidade legislativa e regulatória ou as condições macroeconómicas e cambiais. Se África quer progredir e atingir um nível de vida que se assiste hoje em vários países ocidentais e asiáticos, os países africanos devem abrir-se ao comércio internacional, garantindo a iniciativa e propriedade privadas, assegurar a previsibilidade e a estabilidade legislativa e fiscal, fortalecer as instituições económicas

e desenvolvimentistas, manter a segurança jurídica e o primado da lei. Até 1987, o PIB *per capita* em África era superior ao da Ásia Oriental, mas com a abertura da China e de outros países asiáticos ao investimento e comércio internacional, o cenário mudou drasticamente (Nunes, 2020; Lopes, 2020; Valá, 2017).

TABELA 1: CRESCIMENTO EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS A NÍVEL MUNDIAL E NAS PRINCIPAIS REGIÕES, 1870-1998 (MÉDIA ANUAL COMBINADA COM AS TAXAS DE CRESCIMENTO, EM PORCENTAGEM).

Região	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-98
Europa ocidental	3,24	-0,14	8,38	4,79
Ramificações ocidentais*	4,71	2,27	6,26	5,92
Europa do leste e antiga URSS	3,37	1,43	9,81	2,52
América latina	3,29	2,29	4,28	6,03
Ásia (excluindo Japão)	2,79	1,64	9,97	5,95
África	4,37	1,90	5,34	1,87
Mundo	3,40	0,90	7,88	5,07

Fonte: Maddison (2001); Wolf (2008).

*Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

A tabela 1 mostra que os períodos de crescimento económico rápido foram também de desenvolvimento rápido do comércio mundial, não apenas para o Mundo como um todo, mas também para as suas zonas mais dinâmicas. Entre 1870 e 1913, os países mais dinâmicos do Mundo eram os EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (antigas colónias britânicas), enquanto entre 1913 e 1950, foi o pior período em termos de taxas de crescimento económico e de comércio internacional, que foi o período entre as duas Guerras Mundiais. Entre 1950 e 1973, a Europa Ocidental foi a região mais dinâmica da economia mundial, apesar do Japão ser o país com o crescimento económico mais rápido. Mais recentemente, entre 1973 e 1998, a zona económica mundial com o crescimento mais rápido foi a Ásia, excluindo o Japão, com os rendimentos reais *per capita* a subirem 3,5 % ao ano e as exportações a crescerem 6 % ao ano nesse período.

A despeito do que se possa dizer e escrever negativamente sobre a globalização, comércio livre, promoção de exportações, políticas liberais, «Consenso de Washington», e por aí em diante, não existe ainda um novo quadro de referência relativamente consistente que possa servir de alternativa ao paradigma dominante em vigor na economia de desenvolvimento. Os países precisam de reforçar a capacidade institucional para formular e implementar políticas públicas, incrementar a sua produtividade e competitividade, optar por um crescimento económico mais inclusivo para gerar empregos de qualidade, estimular as exportações, promover uma economia mais diversificada, apostar pesadamente na industrialização, e viabilizar uma adequada integração económica regional, para assim favorecer a transformação estrutural das economias. Na óptica de Valá (2020), tirar vantagens da globalização económica

e «domar os paradoxos de desenvolvimento» exige olhar atenta e simultaneamente para dentro e para fora, e reconhecer que mesmo as políticas mais bem intencionadas e pensadas podem não ter o impacto desejado se não forem executadas adequadamente, sendo vital apostar em boas políticas e boas instituições, um planeamento rigoroso, gestão criteriosa e ter pessoas bem treinadas, motivadas e com valores éticos.

QUE CAMINHOS PARA TER CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E GERAR MAIS EMPREGOS?

Landes (1998), reputado professor de História Económica na Universidade de Harvard, defendeu que as instituições políticas que garantem o direito e as liberdades estão fortemente assentes no crescimento e desenvolvimento económico, pois quando não há crescimento e prosperidade, as sociedades enfraquecem-se, fragilizam-se e tornam-se dependentes da autoridade, e é a sobrevivência da democracia liberal que fica comprometida. Isso é ainda mais verdade nos países pobres, em que a democracia só tem condições de sobreviver se for capaz de gerar desenvolvimento, o que significa que quando os países estagnam a democracia tende a enfraquecer e depois morrer, ou seja, pobreza gera pobreza, podendo resvalar para a ditadura e instabilidade.

O especialista britânico em História Económica Angus Maddison, no seu trabalho de 2003, apresenta dados que indicam que a população mundial cresceu vinte e duas vezes no último milénio, mas o PIB mundial cresceu treze vezes mais depressa, confirmando que esses aumentos espantosos da população, da produção e do rendimentos não têm precedentes. O crescimento económico é essencial para a qualidade de vida das sociedades, e é especialmente importante para a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, pois são os pobres os primeiros a sofrer quando não há crescimento económico.

No Mundo Ocidental, liderado pelos EUA, quer a produção quer o consumo dispararam depois do caos da Segunda Guerra Mundial, e esse milagre económico no pós-guerra foi um período de crescimento industrial e económico e de baixo desemprego, que durou entre 1945 e 1973. A Alemanha Ocidental, o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong, e depois a China, também assistiram a um forte crescimento económico baseado na abertura económica, incremento tecnológico e nas exportações. Além do crescimento económico ter contribuído para a distribuição alargada da riqueza e do poder de compra, também fomentou programas sociais ambiciosos, dado que o crescimento dos rendimentos também fez aumentar as receitas do Estado.

Desde finais do século xx despontou um novo fenómeno em África, o «*surgimento em grande da China como parceiro estratégico do continente*», que viu grandes oportunidades emergentes em uma região anteriormente considerada «quintal da Europa». O movimento da China em

direcção a África foi impulsionado pelo seu apetite voraz por matérias-primas (petróleo, cobre, alumínio, minério de ferro, cobalto, diamantes, urânio e madeira) para as suas indústrias em expansão e também pelo seu plano de longo prazo de fazer da China um importante protagonista económico em África.

Em troca de petróleo, outros hidrocarbonetos, minerais, recursos pesqueiros e madeira, a China comprometeu-se a construir estradas e pontes, linhas férreas, portos, aeroportos, refinarias, parques industriais, edifícios públicos, barragens, escolas e estádios de futebol. Por outro lado, a abordagem pragmática da China em relação a África, na qual os negócios ficam em primeiro lugar e sem condicionalidades extra, ajustou-se bem aos interesses das lideranças africanas, que tem encarado com relutância a insistência das potências ocidentais sobre assuntos como boa governação, transparência, direitos humanos e democracia (Meredith, 2017).

Na óptica de Lopes (2020), a subida dos custos da mão-de-obra na China criou novas oportunidades para a deslocalização das manufacturas de baixo valor acrescentado, o que faz do país um parceiro estratégico para viabilizar as políticas africanas de industrialização, diversificação e transformação estrutural das economias, conforme preconizado na Agenda 2063 da União Africana.

Apesar do comportamento económico positivo e do crescimento médio significativo dos países africanos nas duas primeiras décadas do século XXI, esses factores não foram suficientes para se traduzirem em crescimento económico inclusivo e redução da pobreza, que diminuiu drasticamente em várias outras regiões. Tendo em conta a situação não muito distinta entre África e Ásia Oriental nos anos 1970, é vital perceber por que razão o crescimento económico não tem estado a ter um efeito mais notório na erradicação da fome e redução da pobreza, no aumento significativo da renda *per capita*, na diminuição das desigualdades sociais, na dificuldade de diversificar as economias e transformá-las estruturalmente, e na geração de mais empregos de qualidade. Afinal o que aconteceu para os indicadores económicos, expressos na tabela 2, da Ásia Oriental terem evoluído positivamente muito mais que África (tendo em conta indicadores como PIB *per capita*, quotas na produção mundial e nas exportações)? Foi o contexto económico global que foi adverso, em detrimento de África, ou as estratégias de desenvolvimento foram inconsistentes e equivocadas? Será que foi o pesado «fardo colonial», o défice de capital humano e as limitadas capacidades institucionais que explicam as diferenças entre as duas regiões? Ou as explicações repousam nas condições físico-naturais, na cultura, nos modelos económicos e políticos?

TABELA 2: A ÁFRICA E A ÁSIA ORIENTAL.

Índices económicos	1970	1980	1990	2000	2010
África					
PIB nominal per capita (\$US)	246	900	780	740	1701
Quota na produção mundial (%)	2,75	3,65	2,22	1,85	2,73
Quota nas exportações mundiais (%)	4,99	5,99	3,02	2,31	3,33
Ásia Oriental					
PIB nominal per capita (\$US)	335	1329	3018	4731	8483
Quota na produção mundial (%)	9,83	12,94	18,14	21,53	20,69
Quota nas exportações mundiais (%)	2,25	3,74	8,06	12,02	17,8

Fonte: UNECA (2013).

Há mais de três décadas que os investigadores procuram perceber por que razão, em alguns países, a exploração dos recursos naturais gera conflitos, instabilidade e caos, contribuindo mais para bloquear do que para promover o desenvolvimento sustentável das nações. A evidência empírica já provou que são raros os casos de países que vivem de rendas e são simultaneamente ricos e prósperos, uma vez que dispendo de recursos naturais abundantes, deixam de dar atenção às actividades económicas tradicionais e passam a viver com base no rendimento que as multinacionais pagam pela exploração dos recursos naturais. Em países pobres e com instituições frágeis, a indústria extractiva é propensa à corrupção e cleptocracia. Além de que isso vai afectar o desenvolvimento de um sector industrial internacionalmente competitivo, prejudica as exportações, provoca uma taxa de câmbio sobreavaliada e, tendo em conta que as receitas dos recursos naturais são voláteis, levam frequentemente à ocorrência de crises, fenómeno conhecido como a «doença holandesa». Há maus exemplos como Nigéria, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial e Angola, mas também boas experiências como Noruega, Grã-Bretanha, Malásia e Botswana (Burgis, 2015; Ross, 2015; Collier, 2010; Sachs, 2009; Valá, 2019, 2017).⁶

O Prémio Nobel de Economia em 2015, Angus Deaton (2016:374), tem uma visão mais optimista dos países africanos, obviamente antes do advento da COVID-19, nos seguintes termos:

«Em África, as possibilidades são infinitas, e algumas delas são agora visíveis no modo como a gestão económica aprimorada tem evitado alguns dos desastres autoinfligidos no passado. E se o Ocidente for capaz de se libertar do vício da ajuda e deixar de contribuir para a deterioração da política em África, coloca-se a possibilidade bem real de um desenvolvimento promovido a nível local. Precisamos de parar de estrangular a expressão dos talentos ilimitados dos africanos.»

⁶ Nas últimas duas décadas, o IDE, em Moçambique, tem-se concentrado na indústria extractiva e, a par da fraca redistribuição dos proveitos nos locais de extracção, entre outros factores, tendem a gerar um potencial de conflito no seio das populações directamente afectadas. Entre as causas desses conflitos estão a fraca absorção da força de trabalho local, os reassentamentos, os conflitos de terras, o acesso aos meios de sobrevivência, e a depreciação das condições de vida das populações devido às condições impostas pelos projectos extractivos. Para mais informações vide Sambo (2020).

Deaton defende que o crescimento económico é o motor da evasão à pobreza e à privação material, reconhecendo que no mundo desenvolvido o crescimento está a abrandar, e isso está a ser acompanhado pelo aumento das desigualdades sociais. Hoje já sabemos que as grandes concentrações de riqueza nas mãos de poucos e o crescimento económico lento podem pôr em causa a democracia e tornam «inevitável o conflito distributivo» (Deaton, 2016). Não se pode esperar que todas as dimensões da vida humana – como saúde, educação, alimentação, liberdade e justiça, acesso à água e transportes, energia, assistência social, entre outras – conheçam melhorias em todos os lugares do Mundo ou que tal suceda ininterruptamente. Infelizmente, acontecerão coisas más e fora do nosso controlo, e as novas melhorias (evasões), à semelhança das antigas, trarão novas desigualdades, vulnerabilidades e conflitos (Deaton, 2016; Stiglitz, 2012; Sen, 1999).

Moçambique tem os recursos necessários para engendrar processos virtuosos de desenvolvimento económico e social, que permitam gerar bem-estar e prosperidade para os mais de 30 milhões de almas. Possui uma população maioritariamente jovem, tem terra fértil para a produção agrícola, pecuária e florestal, tem uma extensa costa, áreas de conservação e águas interiores para a pesca e exploração turística, tem um subsolo rico em minerais preciosos, semipreciosos e nos hidrocarbonetos, tem corredores de desenvolvimento formatados para servir o «*hinterland*» e uma diversidade de matérias-primas para alimentar uma indústria pujante. Se o País tem tudo isso, então porque está na lista dos países mais pobres do mundo?

Há duas ideias de Zucula (2020) que são fundamentais para entender a *interface* entre a globalização económica e os paradoxos de desenvolvimento. A primeira é que, independentemente de as teorias macroeconómicas estarem certas ou erradas, elas não podem ser encaradas como doutrinas fora do seu contexto social, económico, político, cultural e histórico. Esse pode ser um motivo por que muitas prescrições do FMI e BIRD geram resultados imprevistos e indesejados e, por isso, muito criticadas pelos países que implementam essas recomendações. Em muitos casos, essas recomendações não são assumidas como referências e aplicadas de forma criativa e tendo em conta a realidade concreta dos países. Moçambique vivenciou e conhece bem essa experiência muito cara e corrosiva de «usar as receitas como dogmas e remédios que podem ser aplicados para distintos contextos socioeconómicos e políticos». É paradigmático o caso da indústria do caju, que levou ao desemprego e redução de renda para muitas famílias das zonas rurais.

A segunda ideia de Zucula (2020) é que Moçambique é dotado de recursos naturais que podem contribuir para melhorar as condições de vida das populações, mas, para o efeito, é preciso dispor das habilidades necessárias para transformar esses recursos em bens para o mercado. É cogitável que tendo valor no mercado, esses recursos podem atrair o interesse de corporações e países que têm conhecimento e experiência sobre como extrair

esses recursos valiosos, e os interesses dos «donos dos recursos» e os dos «detentores de capital e tecnologia para os extrair e explorar» podem não coincidir. Por conseguinte, ao colocar elevadas expectativas no desenvolvimento económico baseado no gás natural, petróleo, areias pesadas, carvão, ouro, rubis, grafite e outros minerais, num contexto de fragilidade institucional, pobreza e muita dependência externa, pode fazer emergir novas conflitualidades, lutas pelo controlo do poder e dos recursos, indo desembocar na «maldição dos recursos naturais» (Collier, 2010; Sachs, 2009). Zucula alerta que, muito provavelmente, esses recursos vão sair de Moçambique na sua forma primária e com pouco contributo para a industrialização do País, geração de empregos e combate à pobreza.

Moçambique dispõe de um elevado potencial, grande parte dele ainda inexplorado, para acelerar o ritmo de redução da pobreza, tendo também em conta a elevada taxa de crescimento da população (cerca de 2,8 %). À medida que a população em idade activa se expande, existem múltiplas oportunidades para lubrificar o crescimento económico, com as novas gerações a apoiarem a menor proporção da população não activa. Actualmente existe um consenso de que o crescimento económico acelerado é necessário para a redução da pobreza, mas para que esse crescimento seja sustentável a longo prazo, ele deve ter uma base ampla, abranger diversos sectores e incluir grande parte da força de trabalho do País. Ou seja, não basta que o crescimento económico ocorra, mas é igualmente importante olhar para a qualidade desse crescimento, para garantir a sua inclusividade. O crescimento inclusivo consegue-se acelerando o passo do crescimento económico, diversificando a economia, alargando o tamanho da economia e obtendo ganhos de produtividade nos sectores tradicionais (agricultura, pescas e pequenos negócios no sector informal), enquanto simultaneamente se nivelam e clarificam as regras para os investidores e se aumentam as oportunidades de empregos produtivos e de qualidade (Valá, 2017).

O documento de Walker & Ricaldi (2021) refere que o padrão de crescimento económico em Moçambique se tornou menos inclusivo, na linha do já constatado por pesquisas do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Observatório do Meio Rural (OMR), Centro de Integridade Pública (CIP) e vários outros investigadores, indicando que se o País prosseguir com o mesmo padrão de desenvolvimento, é pouco provável que a retoma do crescimento se traduza numa redução mais rápida da pobreza, e que são necessários cerca de 500 mil empregos para os jovens que anualmente integram a força de trabalho. Os autores postulam quatro eixos estratégicos para gerar mais empregos, nomeadamente: (i) é necessário um quadro macroeconómico e fiscal sólido, e a necessidade de instituições públicas fortes para a gestão eficaz dos recursos públicos; (ii) a criação de empregos remunerados nos sectores formais modernos (indústria transformadora e serviços) é o caminho mais promissor para o crescimento sustentado e a redução da pobreza;

(iii) a promoção do crescimento inclusivo significa melhorar os empregos da população pobre, e isso exige estratégias de médio prazo que permitam o aumento da produtividade e dos rendimentos de famílias ligadas à agricultura de pequena escala, pescas e pequenos negócios, a operar no sector informal e em regime de auto-emprego; e (iv) ao deixar metade da sua população para trás (as mulheres) e não investir o suficiente no capital humano, o País pode comprometer o seu próprio futuro.

A capacidade de o País expandir o emprego no sector público é limitada pelo reduzido espaço fiscal e que a modernização da agricultura vai simultaneamente permitir produzir mais alimentos e gerar renda para as famílias, ampliar a produção de matérias-primas para a indústria e libertar a força de trabalho para a indústria emergente. A grande expectativa depositada nos megaprojectos, mormente no gás natural da Bacia do Rovuma, deve ser controlada dado que as indústrias extractivas não têm sido a solução para a criação de empregos de qualidade, pois são de capital intensivo, e o que precisamos mais é de projectos que usem intensivamente a mão-de-obra, como os de infra-estruturas, da indústria transformadora, do agro-negócio e do turismo. E o aumento do emprego e renda é fundamental para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento humano.

CRISE ECONÓMICA E COVID-19 COMPROMETEM O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO?

Uma das consequências de tantos seres humanos viverem juntos em grandes cidades é a maior facilidade de as infecções proliferarem numa população, passando rapidamente de uma pessoa para a outra. Além disso, o desenvolvimento dos sistemas de transporte e a consequente expansão do comércio de longa distância e da facilidade de as pessoas viajarem pelos quatro cantos do Mundo propicia a propagação de pandemias como a COVID-19.

Em algumas regiões, certas doenças são endémicas, como a malária em certas zonas de Moçambique, e as populações tendem a adaptar-se a elas, que passa a fazer parte do seu quotidiano.⁷

Apesar dos avanços na medicina, os cientistas previam que a humanidade seria afectada por uma pandemia similar, que provocaria repercussões sociais, económicas, culturais e políticas, como estamos a assistir com a COVID-19. Existem muitos analistas que perante a expansão e o impacto negativo e global desta doença, procuram responsabilizar a globalização, o capitalismo, o comércio livre, o «Consenso de Washington» e o consumismo pelo novo coronavírus, e argumentando que a pandemia foi o sinal derradeiro e a demonstração concreta do fracasso da globalização. Está bem patente o sentimento de descontentamento

⁷ Sobre aspectos históricos ligados as pandemias, vide Crofton & Black (2020).

das sociedades ocidentais que foi amplificado com a pandemia da COVID-19 e houve até autores que usaram a pandemia para elogiar o populismo e a capacidade de resposta dos regimes autoritários (Nunes, 2020; Santos, 2020a, 2020b; Chomsky, 2016).⁸

Durante as primeiras décadas do século XXI, uma combinação de factores, como preços mais elevados de matérias-primas, aumento do investimento estrangeiro, incremento da produção agrícola e expansão da telefonia móvel, permitiu a África um período continuado de crescimento económico, que foi também impulsionado pelos programas de assistência da dívida e enormes infusões de ajuda externa. Em média, a taxa de crescimento foi de 5 % ao ano e estima-se que 90 milhões de africanos passaram a fazer parte da classe média e elevaram os seus padrões de consumo.

Apesar da melhoria do seu desempenho económico, o continente africano manteve-se em posições baixas na lista de comparação entre as regiões do mundo. Continua a ser a região mais pobre do planeta, com níveis mais baixos de expectativa de vida, assolada por baixos padrões de educação e pelo desemprego, e com quase ¾ dos trabalhadores a ganharem a vida por meio de actividades de subsistência ou de trabalho autónomo de baixo retorno. A participação de África na produção económica do mundo permaneceu apenas em 2,7 %, o PIB do continente inteiro foi de apenas 1,7 biliões⁹ de dólares, um valor equivalente ao da Rússia, e grande parte da riqueza do continente foi apropriada pelas corporações transnacionais e direccionadas para outras regiões do Mundo, em particular para a Europa Ocidental, América do Norte e também partes da Ásia (Japão, China, Índia e os «Tigres Asiáticos») nos últimos anos (Meredith, 2017).

Apesar de ser considerada a região mais pobre do Mundo, África tem condições para engendrar processos virtuosos de desenvolvimento no futuro. Possui cerca de 1,3 mil milhões de habitantes, de 25 em 25 anos duplica a sua população, e além de uma imensidão de terras aráveis para o desenvolvimento da agricultura sustentável, possui os seguintes recursos, que são activos vitais para o seu desenvolvimento.

⁸ Para mais detalhes, ver Rodrik (2017a) que aborda a problemática do populismo e da globalização económica, e Chomsky (2007), sobre a incessante luta americana pela supremacia global e apresenta as mais recentes manifestações dessa política, que vão do unilateralismo americano e do desmantelamento de antigas alianças até ao terrorismo de Estado e à militarização do espaço.

⁹ Um bilião corresponde a um trilhão, consoante os países. 1 bilião = 1 trilhão = 1 milhão de milhões.

FIGURA 1: DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DE ÁFRICA (2018).

40 % da oferta potencial de capacidade hidroeléctrica	13 % de cobre, bauxite, níquel e chumbo
30 % de urânio	64 % de manganês
50 % de ouro	50 % de óleo de palma
90 % de cobalto	70 % de cacau
50 % de fósforo	7,5 % de carvão
40 % de platina	8 % de reservas de petróleo
70 % de crómio e diamantes	12 % de gás natural
60 % de café	3 % de ferro

Fonte: FMI (2020); Roque (2019).

Mas o continente também possui alguns passivos de vulto, que podem travar o seu desenvolvimento, como: i) vários países registam situações de intolerância, exclusão, instabilidade e conflitos; ii) deterioração dos indicadores sociais e desigualdade na distribuição dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades; iii) défice fiscal elevado e desequilíbrio na balança de pagamentos; iv) dívida pública insustentável; v) inflação elevada e controlo ineficiente das despesas públicas; vi) debilidade das infra-estruturas físicas, sociais e institucionais; vii) sérias rupturas no mercado e desagregação regional e/ou das áreas urbanas/rurais; viii) significativa população desconfia das reformas económicas empreendidas e insatisfação generalizada com a corrupção; ix) fanatismo religioso, político, étnico e cultural bloqueiam os esforços de unidade, paz e progresso; e x) dificuldades dos países empreenderem a transformação estrutural das suas economias, aproveitar plenamente o potencial do sector privado e de transformação da economia informal em formal (Roque, 2019).

A tabela 3 mostra claramente que o Mundo está a atravessar uma crise económica, que foi agravada com o advento e impacto negativo da COVID-19. Se é verdade que o ano 2019 não foi marcado pelo crescimento robusto do PIB ao nível global, excepto a Ásia Emergente e em Desenvolvimento e a globalidade das Economias Emergentes e em Desenvolvimento (estas últimas onde se inclui a África Subsaariana), o ano de 2020 foi atípico ao registar uma contracção global, com a China a ser o único país a ter uma projecção de crescimento positivo de 1 %, quando, em 2019, o crescimento do seu PIB foi de 6,1 %. As projecções do FMI para 2021 são optimistas para as várias regiões e países do Mundo, mas é mais modesto para o Japão e África Subsaariana, esta última região devido ao impacto económico da COVID-19 na economia, e particularmente as limitações financeiras para manter uma ampla vacinação da população e por ter uma economia informal muito mais ampla.¹⁰

¹⁰ No caso de Moçambique, regista-se uma mesma tendência de desaceleração no crescimento do PIB, a partir de 2014 (7,4%), 2015 (6,7 %), 2016 (3,8 %), 2017 (3,7 %), 2018 (3,4 %), 2019 (2,2 %), 2020 (real -1,3 %), depois de a previsão ter sido de 2,2 %) e 2021 (projecção de 2,1 %), já ajustada para estar na banda de 1,5 % e 2,1 %). Para mais informações, consulte Valá (2020).

TABELA 3: PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL (%)

Situação Global / Regiões / Países	2019	2020 (Projeções)	2021 (Projeções)
Economia Mundial	2,9	-4,9	5,4
Economias Avançadas	1,7	-8,0	4,8
EUA	2,3	-8,0	4,5
Zona Euro	1,2	-10,2	6,0
Alemanha	0,5	-7,8	5,4
França	1,3	-12,5	7,3
Japão	1,0	-5,8	2,4
Reino Unido	1,3	-10,2	6,3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3,7	-3,0	5,9
Rússia	1,1	-6,6	4,1
África-Subsaariana	3,3	-3,2	3,4
Nigéria	2,3	-5,4	2,6
África do Sul	0,4	-8,0	3,5
Ásia Emergente e em Desenvolvimento	5,6	-0,8	7,4
China	6,1	1,0	8,2
Índia	4,8	-4,5	6,0
América Latina e Caraíbas	0,1	-9,4	3,7
Brasil	1,2	-9,1	3,6

Fonte: FMI (2020).

O documento «Perspectivas Económicas Regionais da África Subsaariana», do FMI, traça um quadro ainda preocupante para a região durante o ano 2021, muito em decorrência da COVID-19, como a seguir se apresenta:

«A crise de 2020 da COVID-19 foi uma tragédia verdadeiramente global – afectando tanto os países ricos como os pobres. A desejada recuperação global em 2021 será, porém, menos equitativa. Muitas economias avançadas adquiriram doses de vacinas em números suficientes para inocular toda a sua população várias vezes, e miram a segunda metade do ano com uma esperança renovada. Contudo, em África, devido ao limitado poder de compra e às poucas opções, muitos países terão dificuldades até para vacinar os trabalhadores essenciais na linha da frente este ano, e poucos conseguirão assegurar uma ampla disponibilidade de vacinas antes de 2023.»

(FMI, 2021:v)

A situação do desenvolvimento humano em Moçambique é ainda mais complexa, mesmo entre os países da África Subsaariana e da SADC. Moçambique é o nono país com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e referente a dados de 2019, estando na posição 181 do *ranking* de 189 países avaliados, tendo registado uma subida marginal do valor absoluto do IDH.

Em Moçambique, a esperança média de vida à nascença é de 60,9 anos, sendo a média da escolaridade de 3,5 anos. Registam-se 289 mortes maternas por cada 100 000 nascimentos; por cada 1000 nados vivos, 148,6 progenitoras tinham entre os 15 e os 19 anos; e por cada 10 000 pessoas, existem 0,8 médicos. Apenas 8 % da população rural têm acesso a electricidade, 62,9 % das pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza e o PIB *per capita* situa-se em 1250 USD (UNDP, 2020; UNDP, 2019). Com uma situação muito frágil sob o ponto de vista do Índice de Desenvolvimento Humano, não é de estranhar que a tendência da pobreza, das desigualdades sociais e do desemprego se tenham agravado em Moçambique, sobretudo nas zonas urbanas e periurbanas (OMR, 2020; Valá, 2020; Mosca, 2020).

Como já referido, a crise económica não apenas contribuiu para reduzir a taxa de crescimento económico¹¹, como há evidências que o impacto da COVID-19 levou a desaceleração do PIB e afectou seriamente os esforços de promover o desenvolvimento humano, pois os pobres e as famílias vulneráveis *«são os mais sacrificados e os que pagam grande parte da factura das crises»*, sendo vital repensar os serviços de segurança social, os sistemas de seguros privados mais acessíveis e flexíveis, e adoptar modelos de desenvolvimento que gerem mais empregos e permitam uma melhor redistribuição da renda, através da melhoria de provisão de serviços na educação, saúde, transportes, e na produção de alimentos, combate à pobreza e à desnutrição (Mosca, 2020). Tendo em conta o contexto vivido em 2020, Mosca (2020) prevê uma recuperação lenta da agricultura, restauração, electricidade e água, mas entende que, em 2021, ainda será um ano complicado em termos de indústria extractiva e transformadora e nos serviços financeiros, em virtude do crescente relaxamento das medidas de precaução contra a COVID-19, a instabilidade na zona centro e em Cabo Delgado, o impacto dos eventos climáticos extremos e a persistência da crise económica.

Os dados disponíveis mostram que a crise económica e o impacto da COVID-19 afectaram o ritmo de crescimento económico, tem estado a abalar a economia real e a elevar o custo de vida, particularmente para a população de baixa renda. Não havendo como não afectar os esforços de promoção do desenvolvimento humano, sobretudo em decorrência dos efeitos negativos em simultâneo dos eventos climáticos e da instabilidade em certas zonas do país. Ou seja, esses eventos poderão anular os esforços empreendidos nos últimos 20 anos, em particular na redução da pobreza e no crescimento económico. No seu relatório sobre a África Subsaariana, o FMI (2021) refere que as sequelas provocadas pela COVID-19 poderão perdurar por algum tempo, revertendo ao progressos alcançados nos últimos anos por Moçambique na redução do índice de pobreza e na melhoria da literacia e da esperança de

¹¹ Dados constantes no CFMP 2022-2024 e no PES 2021 dão conta que, em 2020, se previa ter uma taxa de crescimento do PIB de 2,2 %, e mais tarde foi revista para 0,8 %, tendo efectivamente registado uma contracção de 1,3 %. Para 2021, a previsão é que o crescimento do PIB seja de 2,1 %, mas há indicações que devido às incertezas e riscos relacionados com a pandemia da COVID-19 e a instabilidade em Cabo Delgado, esse indicador possa ser revisto para 1,6 % (MEF, 2021; REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2020).

vida, e isso vai exigir reformas profundas na consolidação orçamental e fiscal, atracção de investimento estrangeiro, controlar o endividamento excessivo, estimular a digitalização, diversificar a economia e potenciar o comércio, bem como mobilizar mais receitas internas e reduzir as vulnerabilidades financeiras, climáticas e pandémicas. Estratégias mais bem calibradas de desenvolvimento económico e geração de riqueza poderão melhor contribuir para o desenvolvimento inclusivo e sustentável num ambiente de instabilidade, crise económica e pandémica.

COMO GERAR RIQUEZA PARA ACABAR COM A POBREZA E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO?

Nas últimas três décadas, a força motora para a redução mundial da pobreza foi o crescimento económico, mas hoje sabe-se que o crescimento por si só não garante a erradicação da pobreza. Há estudos que estimam que $\frac{2}{3}$ da redução da pobreza são resultado do crescimento, e $\frac{1}{3}$ de uma maior igualdade na distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades. África tem o mais baixo índice de desenvolvimento humano médio do Mundo (Roque, 2019).

O limiar da pobreza extrema é definido pelo Banco Mundial como sendo 1,90 USD por pessoa por dia, mostrando que desde 1990 a taxa de pobreza extrema desceu de forma robusta e permanentemente no Mundo, ou seja, há 40 anos, pouco mais de metade da população mundial vivia na miséria absoluta, e hoje essa percentagem é inferior a 10%. Há estimativas que dão conta que, em 2030, cerca de 5,3 mil milhões de pessoas farão parte da classe média (Nunes, 2020).¹²

Que o crescimento económico é fundamental para o combate à pobreza é um facto já confirmado pela evidência empírica, mas é importante que esse crescimento seja inclusivo e abrangente, e que seja um crescimento que permita gerar mais empregos e renda para as famílias, reduza as abismais desigualdades sociais, devendo ser um crescimento pró-pobres (Dollar, Kleineberg & Kraay, 2014; Nunes, 2020; Thomas *et al.*, 2002; Valá, 2009, 2017).

Lopes (2020) advoga que, para o continente africano, impulsionar a produtividade agrícola parece ser o caminho mais seguro para a transformação estrutural das economias, tanto mais que a aliança estratégica entre agricultura e industrialização é incontornável nas estratégias económicas para África. No entanto, expandir o sector industrial não será fácil

¹² Em apenas 40 anos, centenas de milhões de pessoas abandonaram a pobreza extrema, a um ritmo nunca antes visto. Segundo um relatório do UNPD (2020), entre 2000 e 2019, dos 75 países analisados, 65 reduziram «de forma notável» os níveis de pobreza multidimensional, com a particularidade de que em 10 dos países com maiores progressos, sete pertencem à África Subsaariana, a região do Mundo que continua a ter níveis inadmissíveis de pobreza extrema (Nunes, 2020).

sem uma sólida integração económica regional, que proporcione amplas e diversificadas oportunidades para o comércio intra-africano. Essa perspectiva é corroborada por Rodrik (2017b), ao considerar que a manufactura é um poderoso motor do desenvolvimento económico nos países de baixo rendimento, porque permite absorver tecnologia estrangeira e gerar empregos de alta produtividade, uma vez que os empregos no sector não exigem grandes competências e elevados investimentos na capacitação, e a procura não é afectada pela existência de baixos rendimentos internos.

Na maior parte dos países africanos, a falta de transformação estrutural das economias faz com que a indústria transformadora seja incipiente, processo esse que não está dissociado da fraca diversificação das economias e esse factor vai ditar a forte dependência da produção e exportação de recursos naturais. Com esse cenário, não é estranho que o PIB dos países seja muito vulnerável aos choques externos, que gerar empregos seja muito mais difícil e o endividamento esteja a crescer de forma galopante.

Existe uma relação entre o desenvolvimento económico, o incremento da urbanização e a redução da pobreza. A problemática da urbanização está na agenda do dia para muitos países em desenvolvimento, o que tem ramificações sob ponto de vista gerencial e de alastramento da pobreza. A população urbana de África cresceu a uma taxa mais rápida do que em qualquer outro continente, e muitos milhões vivem nas zonas periurbanas em barracos feitos de madeira, lona, chapas de zinco, caixotes, papelão e pedaços de lata, sendo efectivamente uma classe subalterna e fervendo de descontentamento. Parte significativa dos habitantes urbanos não possuem comodidades básicas, como água potável, sistemas de saneamento e transportes, energia, estradas pavimentadas e segurança. Segundo o *The Economist* (2013), a urbanização será a transformação mais importante que o continente africano passará durante o século XXI, estimando-se que, em 2040, mais de metade da população africana viverá em cidades, e que cidades como Lagos, Kinshasa, Cairo, Accra e Durban, devido à pressão demográfica, às mudanças climáticas e aos problemas de planeamento e de gestão urbana, já viverão numa situação caótica e disfuncional. A crise urbana representa uma ameaça não só para a estabilidade das cidades africanas, mas também para as nações inteiras. Um relatório da ONU – *Habitat*, de 2010, calculou que, entre 2010 e 2050, a população total de África aumentaria 60 %, com a população urbana a triplicar para 1,2 bilhão¹³. O documento enfatiza que os governos africanos parecem não ter vontade nem os meios para resolver a crise urbana, e reconhecendo que o «*padrão que se desdobra é o de geografias urbanas desconexas, disfuncionais e insustentáveis de desigualdade e sofrimento humano, com oceanos de pobreza contendo ilhas de riqueza*». O desafio do futuro é que o continente africano possa melhor gerir o incremento urbano e implementar estratégias de crescimento inclusivo, devendo,

¹³ 1 bilhão = 1 bilião (Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido) = 1000 milhões (Portugal).

para o efeito, fazer o devido aproveitamento do dividendo demográfico (Meredith, 2017).¹⁴ Acabar com a pobreza, gerar riqueza e promover o desenvolvimento não é um processo simples, linear nem automático. A própria perspectiva do FMI tem vindo a mudar ao longo do tempo. A instituição hoje reconhece que:

«[...] as políticas devem criar condições para que as pessoas prosperem. Políticas fiscais inteligentes podem reduzir a desigualdade ao encontrar o equilíbrio entre crescimento, sustentabilidade da dívida e protecção social. Reformas estruturais bem calibradas podem estimular a produtividade e o crescimento inclusivo a longo prazo, o que é especialmente importante para aqueles que foram deixados para trás. Combater todas as formas de corrupção será essencial para que os governos possam construir infraestruturas e ampliar os serviços públicos. Ajudará também a restaurar a confiança.» (FMI, 2020b:1)

Essa perspectiva encontra eco na visão do BAD (2020), que reconhece que apesar da tendência positiva de crescimento económico na África Subsaariana, é forçoso reconhecer que esse crescimento não tem sido suficientemente inclusivo, ou seja, só cerca de um terço dos países africanos alcançou o crescimento inclusivo, reduzindo tanto a pobreza como a desigualdade. As experiências bem-sucedidas mostram que as despesas públicas com a educação e infra-estruturas são fortemente complementares, pois investir em ambas oferece um retorno muito maior do que investir exclusivamente numa. Existe o reconhecimento de que para a recuperação económica do continente é vital desbloquear o seu potencial de crescimento através de reformas ousadas e transformativas, estimular os investimentos de longo prazo, apostando igualmente no reforço das medidas de protecção das famílias mais vulneráveis, na promoção da inclusão digital e financeira, potenciando os mecanismos de transparência governativa, bem como na adaptação às mudanças climáticas, aspectos aflorados nas pesquisas de Mosca (2020), Belchior (2020), Sengo *et al.* (2020), Valá (2020) e Mussagy (2021), no referente à situação concreta de Moçambique.

A tabela 4 apresenta os dados dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF's) desde 1996-97 até 2014-15, ao nível nacional, nas zonas rurais e urbanas, pelas três regiões do País e por províncias, mostrando uma tendência de redução dos índices de pobreza desde meados da década de 1990.

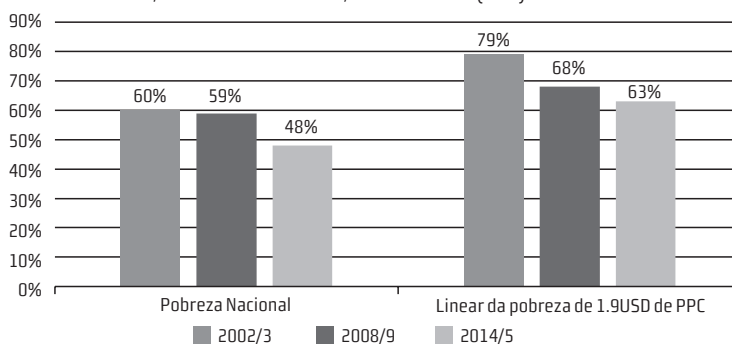
¹⁴ Outros desafios, ou megatendências, que exigem uma abordagem global são as mudanças climáticas, as disrupções tecnológicas, as crises epidemiológicas, como a COVID-19, a transição demográfica, o aumento das tensões comerciais e as crescentes incertezas e ameaças geopolíticas. Para mais informações, ver *The Economist* (2013).

TABELA 4: INCIDÊNCIA DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE, RURAL-URBANO, POR REGIÕES E PROVÍNCIAS.

Área	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	69,7	52,8	51,7	46,1
Urbano	61,8	48,2	46,8	37,4
Rural	71,8	55,0	53,8	50,1
Norte	67,3	51,9	45,1	55,1
Centro	74,1	49,2	57,0	46,2
Sul	65,5	59,9	51,2	32,8
Niassa	71,9	48,3	33,0	60,6
Cabo Delgado	59,1	60,3	39,0	44,8
Nampula	69,4	49,1	51,4	57,1
Zambézia	67,6	49,7	67,2	56,5
Tete	81,9	60,5	41,0	31,8
Manica	62,4	44,7	52,8	41,0
Sofala	87,8	41,3	54,4	44,2
Inhambane	83,0	78,1	54,6	48,6
Gaza	64,8	55,4	61,0	51,2
Maputo Província	65,6	59,0	55,9	18,9
Maputo Cidade	47,1	42,9	29,9	11,6

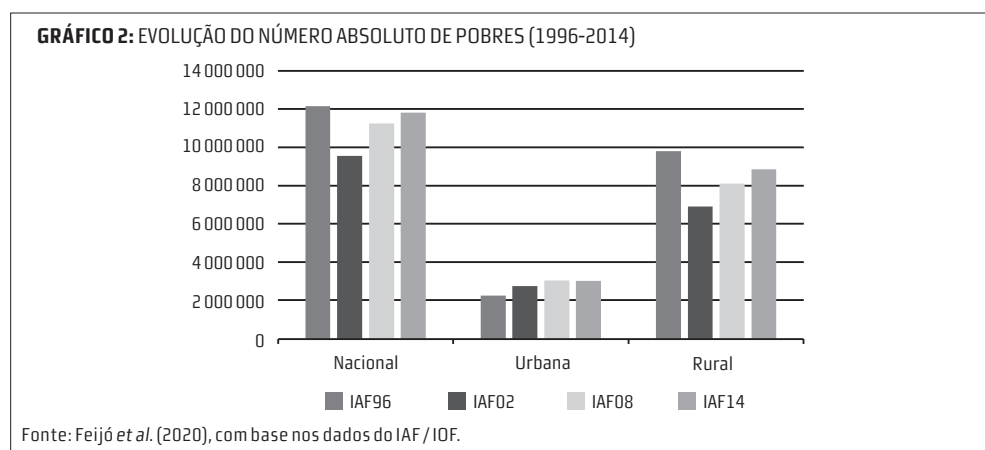
Fonte: MEF (2016).

Com a implementação dos Planos de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPAs) e do Plano de Acção de Redução da Pobreza (PARP), foram registadas melhorias no funcionamento da economia e na gestão macroeconómica, as taxas de crescimento económico foram elevadas, reduziram-se as taxas de pobreza absoluta, verificou-se o aumento da posse de bens duráveis pela população e expandiu-se a provisão de serviços essenciais como educação, saúde, abastecimento de água e energia. Porém, a taxa de desemprego insiste em não baixar, as desigualdades sociais estão a aumentar nas áreas urbanas, a produtividade na economia rural mantém-se baixa e é elevada a percentagem de população que vive em situação de vulnerabilidade e precariedade. Muitos cidadãos não sentiram, nas suas vidas, as vantagens das elevadas taxas de crescimento económico verificadas desde finais dos anos 1990 até 2015.

GRÁFICO 1: TAXA DE POBREZA EM MOÇAMBIQUE, DE ACORDO COM O LIMIAR DE POBREZA DEFINIDO PELO BANCO MUNDIAL, DE RENDIMENTO DE 1,9 USD POR DIA (PPC).

Fonte: Feijó et al. (2020), com base nos dados do World Bank (2018) e MEF (2016).

O que o Gráfico 1 expõe é que a pobreza *per capita* tem estado a reduzir significativamente, passando de 79 % para 68 % e, de forma mais lenta, para 63 %, em 2014-15. Ao longo de 18 anos, a pobreza registou uma diminuição em todo o território nacional, mas em ritmos diferentes, tendo sido mais marcante nas zonas urbanas do que nas rurais. Em termos regionais, constata-se que o Norte do País reduziu menos que o Centro, que por sua vez reduziu menos que a região Sul, onde na Província e Cidade de Maputo os índices de pobreza atingiram valores abaixo de 20 %. Apesar da diminuição do índice de pobreza, tem estado a aumentar o número de pobres desde 2002-03, em virtude do crescimento económico não ser capaz de absorver, em termos de fuga da pobreza, as elevadas taxas de crescimento da população de 2,8%/ano, segundo o Censo de 2017.



Uma análise feita por Mussagy e Mosca, relacionada com «*Micro-simulações dos Impactos da COVID-19 na Pobreza e Desigualdade em Moçambique*», refere que, entre 2008-09 e 2014-15, o número de pobres aumentou em cerca de 700 mil moçambicanos, e que os impactos da COVID-19 podem perigar os progressos parciais alcançados desde 1996-97 na redução da pobreza, na medida em que a desigualdade do consumo poderá aumentar, com a particularidade das desigualdades serem menores nas áreas rurais (Mussagy & Mosca, 2020). A experiência de países que adoptaram estratégias bem sucedidas de transição da pobreza para a prosperidade, como a Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong, Taiwan, Malásia, Maurícias, Dubai, Chile, entre outros, ensina que há factores de natureza interna do país (como capacidade institucional de formular e implementar políticas públicas, gestão macroeconómica equilibrada, promover o sector privado, o sistema financeiro e um bom ambiente de negócios, ter um adequado sistema de administração da justiça, funcionamento adequado do Estado de direito democrático, boas infra-estruturas socioeconómicas e

prestação de serviços essenciais) que devem estar sincronizados com os factores externos (aproveitar as vantagens da globalização económica e integração regional, explorar plenamente as oportunidades que advêm do comércio livre, promover as exportações, e melhorar a competitividade do país no Concerto das Nações). Sem aproveitar, na plenitude, as oportunidades abertas pela globalização económica, por melhor que se consiga gerir os assuntos internos, os países pobres dificilmente poderão progredir e desenvolver-se de forma sustentável.

Sharma (2013) reconhece que o desenvolvimento económico é um «jogo de cobras e escadas», que não existe um rumo directo para o topo, e que há cada vez menos escadas do que cobras, sendo mais fácil cair do que subir. Muitos dos países bem-sucedidos no desenvolvimento económico possuíam seis traços principais: a) foram países dotados de um Estado eficiente, competente e baseado na meritocracia, capaz de promover e orientar o desenvolvimento; b) possuíam uma visão estratégica clara e partilhada de desenvolvimento, e implementada com rigor, disciplina e criatividade; c) tinham uma forte componente social de distribuição de renda e compromisso inequívoco com o combate à pobreza e às desigualdades sociais abismais; d) fizeram investimentos pesados em recursos humanos, educação, ciência, tecnologia e inovação; e) asseguraram o envolvimento activo e balanceado do Estado, Sector Privado e Forças Sociais, e; f) assumiram o desenvolvimento económico acelerado e abrangente como um objectivo principal da governação, visando criar mais empregos e renda para as famílias, e geriram a abertura económica e a liberalização com gradualismo, tendo sido exímios na experimentação e adaptação (Valá, 2017, 2019). Essas premissas fundamentais para o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável são válidas também para Moçambique, e é importante reconhecer que há ainda um longo e sinuoso caminho a percorrer para alcançar esse desiderato.

Valá (2020) advoga que não faz sentido estar-se obcecado, por um lado, com o crescimento do PIB, o aumento das reservas internacionais líquidas, aumento do investimento estrangeiro, controlo da inflação e da taxa de câmbio, facilitação de grandes projectos da indústria extractiva, mas fazer vista grossa, por outro lado, à persistência da fome, da pobreza, do baixo desenvolvimento humano, do desemprego e das abismais desigualdades sociais. Sem conciliar adequadamente os aspectos de índole macroeconómica com os constrangimentos concretos enfrentados pelos cidadãos e famílias, não se conseguirá escapar ao paradoxo das estatísticas serem positivas e em tendência ascendente, mas a geração de riqueza e promoção do desenvolvimento inclusivo continuar a ser uma boa intenção muito distante da realidade da maioria da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seu interessante «*Manifesto Por Uma Terceira Via*», Ngoenha & Castiano (2019) recomendam uma abordagem metodológica que tem raízes na historicidade moçambicana, passa pelo «trauma colonial» e percorre a primeira e a segunda via. Argumentam que a «Primeira República» foi marcada pela busca da justiça social, mas com pouca liberdade, enquanto a «Segunda República» foi caracterizada por uma maior liberdade, mas sem justiça social. Uma «Terceira Via» permite reconciliar a busca da justiça social da primeira via e as liberdades da segunda. De certa forma, Ngoenha & Castiano reconhecem as limitações quer da «via socialista e da democracia popular» dos primeiros anos da independência, por ter abreviado as liberdades e a iniciativa criadora, quer da «via capitalista e do liberalismo», por ter imposto o «mercado selvagem» e o individualismo. Os dois modelos provocaram, de certa maneira, exclusão, intolerância, vulnerabilidade, pobreza e «défices de apropriação», gerando instabilidade e conflitos não controlados pelas instituições republicanas. Um novo caminho promissor deverá pressupor não apenas a conciliação entre os domínios social e económico, mas também temperado com as variáveis de índole cultural, histórica, política e ambiental, e ter em conta que com a crescente interdependência mundial, não há como não levar em conta o papel e a influência da globalização para a prosperidade das Nações.

Ter uma população escolarizada, ter bons serviços públicos e de apoio social, existir um dinâmico e forte sector privado, ter recursos naturais valiosos e usá-los adequadamente, ter boas infra-estruturas socioeconómicas e institucionais, ter um bom sistema de administração de justiça e atractivo ambiente de negócios são obviamente ingredientes necessários para o sucesso, mas nem sempre suficientes. É fundamental, também, ter uma visão de desenvolvimento consistente, compreensiva, partilhada e de longo prazo, e que seja conduzida autónoma e criativamente pelos actores endógenos. Na verdade, a verdadeira riqueza de uma Nação está na inteligência criativa do seu povo, e não nos recursos naturais valiosos, que em muitos quadrantes do mundo trazem mais conflitos, instabilidade e maldição, do que geram riqueza, prosperidade e bem-estar para o povo.

Aproveitar devidamente as oportunidades propiciadas pela globalização económica é um caminho importante para o alcance do progresso e prosperidade num mundo globalizado e crescentemente interdependente. Neste sentido, vale realçar que Moçambique precisa de «afinar e tornar mais impactante» a sua estratégia de diplomacia económica, que permita colher proveitos tangíveis das suas vantagens comparativas e competitivas no comércio internacional. A deterioração dos termos de troca no mercado internacional, as crises económicas mais frequentes e intensas, o efeito nefasto das mudanças climáticas e das crises epidemiológicas, a instabilidade e os conflitos são factores que se reforçam para, a par do pouco aproveitamento das oportunidades abertas com a globalização económica, fazer

prevalecer e perdurar a «armadilha da pobreza e do subdesenvolvimento» em países ainda pobres, como Moçambique. Esses factores e desafios que foram bem patentes e expressivos em 2021 devem ser alvo de análises profundas e abrangentes em sede da actualização da Agenda de Desenvolvimento do País no longo prazo, e operacionalizada pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

Com obstáculos difíceis de contornar – como a desaceleração do crescimento, o lento e titubeante desenvolvimento económico, as elevadas taxas de pobreza, a persistência das desigualdades sociais e as elevadas taxas de desemprego – incrementar o desenvolvimento humano será como uma miragem, e as crises múltiplas colocam desafios acrescidos aos Estados como Moçambique, que já possuem elevadas dívidas públicas, baixas receitas fiscais, dificuldades de libertar as energias dormentes dos seus sectores privados, e com défices de integração económica, conectividade e capacidade de gerar empregos. A economia global está a viver um momento particularmente delicado, e isso torna mais complexo o esforço de promover o desenvolvimento humano em Moçambique, salvo se forem tomadas e implementadas medidas de políticas arrojadas, estruturantes e transformativas, que visem alterar simultaneamente a vitalidade das instituições, a sociedade e a economia.

Entre 1990 e 2015, Moçambique registou uma redução de quase 40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres, uma das maiores observadas ao nível global. Todavia, não se pode perder de vista que cerca de 45 % da população, o equivalente a quase 12 milhões de pessoas, são pobres do ponto de vista do consumo. Depois de uma certa estagnação entre 2002-03 e 2008-09, a pobreza de consumo voltou a baixar entre 2008-09 e 2014-15, e observaram-se melhorias nas outras dimensões de bem-estar, como educação e saúde, qualidade da habitação, posse de bens duráveis e acesso aos serviços básicos. Permanecem, no entanto, diferenças importantes na situação de pobreza entre as áreas rurais e as urbanas, em prejuízo das áreas rurais, enquanto as desigualdades sociais conhecem uma tendência inversa, e são notáveis as diferenças nos níveis de pobreza, que aumentam no sentido Sul, Centro e Norte (MEF, 2016). Há um risco iminente dos ganhos alcançados no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento humano, nas últimas décadas, poderem ser seriamente abalados pela persistência da crise económica, do impacto das mudanças climáticas, dos efeitos da pandemia da COVID-19 e da instabilidade em alguns distritos de Cabo Delgado e na zona Centro do País. Uma melhor inserção de Moçambique na região da SADC, no continente africano e no Mundo, pode trazer efeitos directos e externalidades positivas na retoma do crescimento económico robusto, na melhoria da qualidade do crescimento, na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento humano.

A esperança é que o futuro possa contar uma outra história no que diz respeito ao aproveitamento dos ventos da globalização económica e insistência no reforço do desenvolvimento humano, para assim oxigenar as estratégias de empoderamento da mulher,

dos jovens e da população rural, tornando-os actores mais activos na economia formal, com acesso a empregos de qualidade e não permitindo desperdiçar as oportunidades que advêm do dividendo demográfico.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D. & Robinson, J. (2013). *Porque Falham as Nações: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Lisboa: Temas e Debates.
- BAD (2020). *Perspectivas Económicas em África 2020: Desenvolvimento da mão de obra africana para o futuro*. Abidjan: Grupo BAD.
- Banerjee, A. & Duflo, E. (2020). *Boa Economia para Tempos Difíceis: As melhores respostas para os maiores problemas*. Lisboa: Conjuntura Actual Editora.
- Belchior, O. (2020). *O Impacto da COVID-19 no Sector Empresarial*. In: Diário Económico, 05 de Agosto de 2020
- Bremmer, I. (2019). *Nós Contra Eles: O fracasso do globalismo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Burgis, T. (2015). *The Looting Machine*. New York: Public Affairs.
- Chang, H.-J. (2013). *As Nações Hipócritas: Os segredos incómodos dos países ricos e os mitos que ameaçam a prosperidade global*. Lisboa: Clube do Autor.
- Chang, H.-J. (2002). *Kicking Away the Ladder: Development strategy in historical perspective*. London: Anthem Press.
- Chomsky, N. (2007). *Hegemonia ou Sobrevivência: O sonho americano de domínio global*. Sintra: Editorial Inquérito.
- Chomsky, N. (2016). *Who Rules the World?* New York: Metropolitan Books.
- Collier, P. (2010). *Os Milhões da Pobreza: Por que motivo os países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres? Qual é a verdadeira chave para o seu crescimento?* Alfragide: Casa das Letras.
- Crofton, I. & Black, J. (2020). *Breve História do Nosso Mundo: A vida, o universo e todas as coisas*. Amadora: Vogais.
- Deaton, A. (2016). *A Grande Evasão: Saúde, riqueza e as origens da desigualdade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Dollar, D., Kleineberg, T. & Kraay, A. (2014). *Growth, Inequality and Social Welfare: Cross-Country Evidence*. Policy Research Working Paper N° 6.842. Washington D.C.: World Bank.
- Feijó, J., Agy, A., Maquenzi, J. & Ibraimo, M. (2020). *Pobreza e Desenvolvimento no Meio Rural*. Maputo: Escolar Editora.
- FMI (2021). *Perspectivas Económicas Regionais / África SubSahariana: Atravessar uma longa pandemia*. Washington D.C.: Estudos Económicos e Financeiros do FMI.
- FMI (2020a). *Relatório Anual do FMI 2019: Nosso mundo conectado (Síntese)*. Washington D.C.
- FMI (2020b). *World Economic Outlook. Washington DC [Junho de 2020]*. Washington D.C.
- Haskel, J. & Westlake, S. (2018). *Capitalism Without Capital: The rise of intangible economy*. Oxford: Princeton University Press.

- Landes, D. (1998). *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Porque são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva.
- Lopes, C. (2020). *África em Transformação: Desenvolvimento económico na era da dívida*. Lisboa: Tinta da China Edições.
- Mações, B. (2018). *O Despertar da Eurásia: Em busca da nova ordem mundial*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Maddison, A. (2001). *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OCDE.
- Maddison, A. (2003). *The World Economy: Historical Statistic*. Paris: OCDE.
- Marshall, T. (2019). *A Era dos Muros: Como as barreiras entre as Nações estão a mudar o nosso mundo*. Porto: Saída de Emergência.
- MEF (2021). *Cenário Fiscal de Médio Prazo: Quadro Macro-Fiscal 2020-2024*. Maputo: DNPED / MEF.
- MEF (2016). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014-15)*. Maputo: Direcção de Estudos Económicos e Financeiros / MEF.
- Meredith, M. (2017). *O Destino da África: Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Mosca, J. (2020). *Moçambique: COVID 19 em Contexto de Estado Frágil*. Maputo: Escolar Editora.
- Moyo, D. (2012). *A Decadência do Ocidente*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Mussagy, I.H. (2021). *Economia de Moçambique e os Desafios da Nova Crise*. Maputo: Minervaprint
- Mussagy, I.H. & Mosca, J. (2020). *Micro-simulações dos Impactos da COVID-19 na Pobreza e Desigualdade em Moçambique*. Maputo: OMR
- Ngoenha, S. & Castiano, J. (2019). *Manifesto Por Uma Terceira Via*. Maputo: Real Design.
- Nunes, A.M. (2020). *A Grande Escolha: Mundo global ou países fechados?* Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2020). Resolução nº 82/2020: Aprova o Plano Económico e Social para o ano 2021. In: *Boletim da República*. Suplemento. Maputo: Assembleia da República.
- Rodrik, D. (2017a). Growth Without Industrialization? In: *Project Syndicate*.
- Rodrik, D. (2017b). *Populism and the Economics of Globalization*. Cambridge: Harvard University.
- Rodrik, D. (2011). *The Globalization Paradox*. New York: WW Norton.
- Roque, F.M. (2019). *Uma Década de África: Um continente e os seus desafios actuais e futuros*. Alfragide: Texto Editores.
- Ross, M. (2015). *Maldição do Petróleo: Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações*. Porto Alegre: Sanskrito.

- Rothkopf, D. (2008). *Superclasse: A elite do poder global e o mundo que ela está a construir*. Lisboa: Quidnovi
- Sachs, J. (2009). *Common Wealth: Um novo modelo para a economia mundial / Uma solução para sair da crise e viver num mundo mais equilibrado*. Alfragide: Casa das Letras.
- Sachs, J. (2005). *O Fim da Pobreza: Como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sambo, M.G. (2020). “Investimento Directo Estrangeiro e o Desenvolvimento Sócio Económico em Moçambique: Dinâmicas, tensões e desafios”. In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE. pp. 281–309.
- Santos, B. de S. (2020a). *Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, B. de S. (2020b). *O Futuro Começa Agora: Da pandemia a utopia*. Coimbra: Edições 70.
- Sen, A. (1999). *Development As Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- Sengo, Eduardo et al (2020). *Impacto da Pandemia da COVID-19 no Sector Empresarial e Medidas para a sua Mitigação*. Maputo: CTA / USAID (Julho de 2020)
- Sharma, R. (2013). *Os Milagres Económicos do Futuro: Porque crescem umas economias e outras não?* Lisboa: Clube do Autor.
- Soros, G. (1998). *A Crise do Capitalismo: As ameaças aos valores democráticos / As soluções para o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Stiglitz, J. (2002). *Globalização: A grande desilusão*. Lisboa: Terramar.
- Stiglitz, J. (2012). *The Price of Inequality: How today's divided society endangers our future*. New York: Norton Press.
- Temelkuran, I. (2019). *Como Perder Um País: Os sete passos da democracia à ditadura*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- The Economist (2013). *Investing in Africa: The Hottest Frontier*. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2013/04/06/the-hottest-frontier> (consultado a 15 de Dezembro 2014).
- Thomas, V., Dailami, M., Dahreshwar, A. & Kaufmann, D. (2002). *A Qualidade de Crescimento*. São Paulo: Editora UNESP.
- UNECA (2013). *Making the most Africa's Commodities: Industrializing for growth, jobs and economic transformation*. Addis Abbaba: Economic Report on Africa.
- Valá, S.C. (2017). *Desenvolvimento Endógeno no Moçambique em Transformação*. Maputo: Escolar Editora.
- Valá, S.C. (2009). *Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um desafio ao nosso alcance*. Maputo: CFM / MPD.
- Valá, S.C. (2020). *Economia Globalizada & Paradoxos de Desenvolvimento: Reflexões inconclusivas*. Maputo: Escolar Editora.

- Valá, S.C. (2019). *Economia Moçambicana numa Encruzilhada?: Políticas económicas, bolsa de valores e desenvolvimento territorial*. Maputo: Escolar Editora.
- Walker, I. & Ricaldi, F. (2021). Quatro Formas de Moçambique Transformar a Criação de Empregos e Aproveitar o Dividendo Demográfico. In: *World Bank Blogs / Nota Estratégica sobre Emprego: Published on Africa Can End Poverty (22 de Abril de 2021)*.
- Wolf, M. (2008). *Por Que Funciona a Globalização: Em defesa de uma economia global de mercado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- World Bank (2018). *Moçambique: Avaliação da Pobreza – Crescimento forte mas não partilhado*. Washington D.C.: World Bank.
- Zucula, P.F. (2020). *Tchova Xitaduma: Crenças, paradigmas e doutrinas mutáveis*. Maputo: Minerva.